



SANTARÉM (PA): INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E CENTRALIDADE SOCIOTERRITORIAL NA AMAZÔNIA PARAENSE

Helbert Michel Pampolha de Oliveira ¹

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a centralidade socioterritorial de Santarém (PA) a partir da expansão e interiorização do ensino superior público no oeste paraense, especialmente a partir da criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) nessa importante cidade intermediária amazônica. Para tanto, com base nos pressupostos da dialética marxista como método de interpretação e na teoria miltônica acerca da relação território e cidadania, foram mobilizadas as técnicas de levantamento e revisão bibliográfica, levantamento e análise documental e observação sistemática de campo como método de investigação. Assim sendo, a pesquisa chama a atenção para a centralidade urbana socioterritorial que a cidade de Santarém tem definido nessa realidade paraense, sobretudo em razão da “responsabilidade territorial” por ela exercida quanto à oferta de ensino superior público a partir de variados cursos de graduação realizados por aquela instituição.

Palavras-chave: ensino superior público, interiorização do ensino superior, centralidade socioterritorial, Santarém-Pará.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la centralidad socioterritorial de Santarém (PA) a partir de la expansión e interiorización de la educación superior pública en el oeste de Pará, especialmente a partir de la creación de la Universidad Federal del Oeste de Pará (UFOPA) en esta importante ciudad intermediaria amazónica. Para ello, basándose en los supuestos de la dialéctica marxista como método de interpretación y en la teoría miltónica sobre la relación entre territorio y ciudadanía, se utilizaron como método de investigación las técnicas de levantamiento y revisión bibliográfica, levantamiento y análisis documental y observación sistemática de campo. Así pues, la investigación llama la atención sobre la centralidad socioterritorial urbana que la ciudad de Santarém ha definido en esta realidad paraense, sobre todo debido a la «responsabilidad territorial» que ejerce en cuanto a la oferta de educación superior pública a partir de diversos cursos de grado impartidos por dicha institución.

Palabras clave: educación superior pública, interiorización de la educación superior, centralidad socioterritorial, Santarém-Pará.

ABSTRACT

This study aims to analyze the socio-territorial centrality of Santarém (PA) based on the expansion and internalization of public higher education in western Pará, especially since the creation of the Federal University of Western Pará (UFOPA) in this important intermediate Amazonian city. To this end, based on the assumptions of Marxist dialectics as a method of interpretation and Miltonian theory on the relationship between territory and citizenship, the techniques of bibliographic survey and review, documentary survey and analysis, and systematic field observation were mobilized as a method of

¹ Professor Substituto da Faculdade de Geografia e Cartografia (FGC) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (Geourbam). E-mail: helbertmichel93@gmail.com



investigation. Thus, the research draws attention to the urban socio-territorial centrality that the city of Santarém has defined in this reality in Pará, mainly due to the “territorial responsibility” it exercises in terms of offering public higher education through various undergraduate courses offered by that institution.

Keywords: public higher education, internalization of higher education, socio-territorial centrality, Santarém-Pará.

INTRODUÇÃO

Considerando-se a ideia de “geografização da cidadania”, discutida por Santos (2014), e sua implicação na definição de outras centralidades urbanas na Amazônia (Trindade Júnior, 2018), este trabalho problematiza o processo de interiorização do ensino superior público no estado do Pará e joga luzes, em particular, para a realidade do oeste paraense. Nesta sub-região, leva em conta o papel e a distribuição da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), criada no ano de 2009 (Brasil, 2009), com sede em Santarém, a partir do desmembramento dos *campi* da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e, sobretudo, da Universidade Federal do Pará (UFPA) nessa cidade.

Santarém, por sua vez, é uma cidade que abriga cerca de 265.000 dos 331.942 habitantes registrados no município (IBGE, 2024) e se revela como um importante “nó” na rede urbana regional (Trindade Júnior; Pereira, 2007), dadas as horizontalidades e verticalidades (Santos, 2012) que dinamizam como cidade média nessa porção da Amazônia (Trindade Júnior, 2011), o oeste paraense. Nesse sentido, o espaço urbano santareno acaba exercendo notável centralidade urbana nesse contexto sub-regional, tendo em vista a articulação de variadas demandas econômicas e políticas que consolidação a importância dessa cidade na região (Trindade Júnior, 2011; Trindade Júnior; Trindade; Oliveira, 2014).

Dessa maneira, aponta-se que a instalação da UFOPA em Santarém (que também possui *campi* da Universidade Estadual do Pará-UEPA, do Instituto Federal do Pará-IFPA e de instituições privadas de ensino superior) tanto reforça a centralidade urbano-regional econômica e política dessa cidade na sub-região em comento quanto indica a criação de outras centralidades no espaço amazônico, como aquelas de natureza socioterritorial, discutidas por Trindade Júnior (2018) e que têm relação com a responsabilidade territorial (Bitoun, 2009) que determinadas cidades possuem em suas sub-regiões, mormente na perspectiva do atendimento das demandas socioespaciais por equipamentos e serviços, isto é, na expansão da “geografização da cidadania”, conforme elaborado por Santos (2014).

Nessa perspectiva, este trabalho objetiva analisar a centralidade socioterritorial de Santarém a partir da expansão e interiorização do ensino superior público no oeste paraense,



especialmente a partir da criação da UFOPA nessa cidade; instituição essa que, a partir de Santarém, também se faz presente por meio de *campi* universitários em mais seis cidades dessa sub-região do estado do Pará.

Assim, entendida como a principal cidade dessa sub-região, dado o fato de sua estrutura espacial servir de referência para movimentos sociais e agentes econômicos e políticos do lugar e demais municípios do entorno, Santarém exerce uma significativa centralidade urbana no oeste do Pará, o qual, segundo dados do IBGE (2023), apresenta população de aproximadamente um milhão de habitantes. A instalação da UFOPA, por conseguinte, reforça tal centralidade do espaço urbano santareno e demonstra a importância de se conceber e difundir fixos sociais (Santos, 2014) pelo território, como uma forma de garantir a ampliação da “geografização da cidadania” nos mais distintos espaços, não obstante as contradições inerentes às ações da universidade na região.

METODOLOGIA

Metodologicamente, o trabalho baseia-se nos pressupostos da dialética marxista (Lefebvre, 1991) como método de interpretação (Lencioni; Trindade Júnior, 2024), dada a importância de compreender as contradições socioespaciais ligadas aos processos de expansão e interiorização do ensino superior público no espaço paraense. No que se refere ao método de investigação (Lencioni; Trindade Júnior, 2024), foram utilizadas as técnicas de levantamento e revisão bibliográfica de teorias, conceitos, categorias e noções atinentes à discussão realizada; levantamento e análise documental voltado à obtenção de dados primários e secundários sobre o ensino superior público no estado do Pará e, particularmente, no oeste paraense, na perspectiva do ensino regular de graduação presencial; e observação sistemática de campo, tendo em vista a importância de melhor conhecer a realidade de estudo.

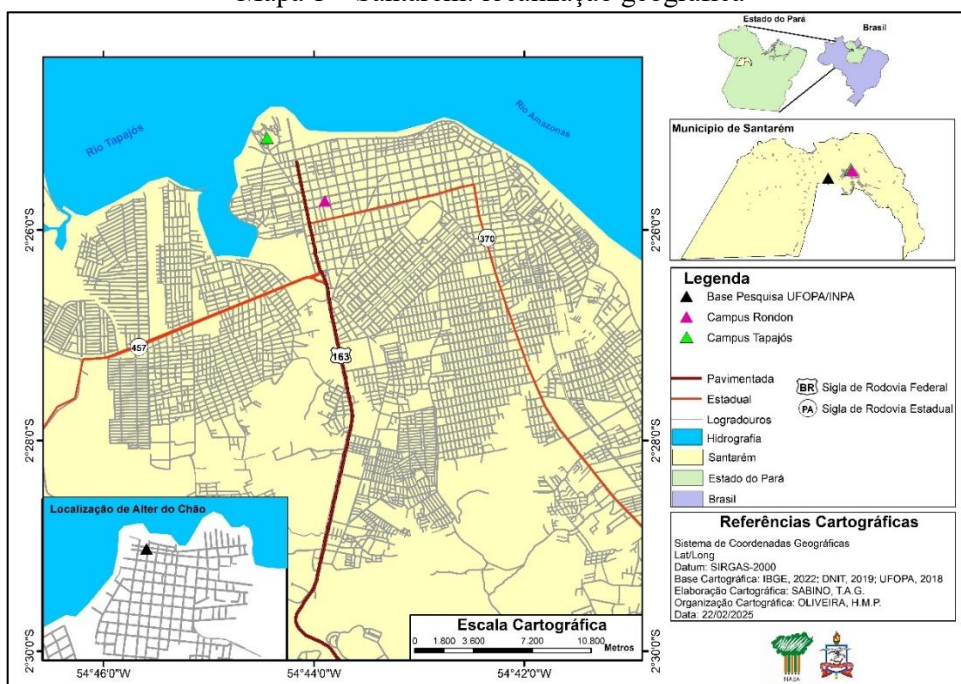
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tida como uma importante cidade intermediária de tradição ribeirinha no contexto da urbanodiversidade amazônica (Trindade Júnior, 2010), Santarém se apresenta como um dos centros urbanos pioneiros no processo de ocupação e formação territorial da Amazônia. Nesse particular, a cidade adquiriu destaque no cenário regional em razão, a princípio, do dinamismo que historicamente lhe foi conferido por atividades extrativistas e agrícolas (como as “drogas do sertão”, a borracha, a juta e o ouro) realizadas em seu entorno e, mais recentemente, ao longo

da segunda metade do século XX, por conta de investimentos públicos e privados voltados à modernização do espaço no oeste paraense e do avanço da fronteira agrícola na região; atividades e investimentos esses que a tornaram expressiva econômica e politicamente nessa porção da Amazônia brasileira, por ela polarizada no estado do Pará.

Localizada estrategicamente nesse contexto regional, Santarém (Mapa 1) se situa no encontro de dois importantes rios amazônicos, os rios Tapajós e Amazonas (que, além de garantirem boa parte da circulação regional, viabilizam, a partir da região, o comércio internacional de grãos oriundos do Centro-Oeste), e conta com a presença de rodovias estaduais e federais, como a PA-370 (Curuá-Una) e a BR-163 (Cuiabá-Santarém), que integram o seu território à Amazônia e a outras regiões brasileiras, além de um aeroporto (com cerca de 10 voos diários), o qual conecta Santarém a outras cidades brasileiras, como Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Manaus (AM) e Belém (PA), conferindo-lhe certo destaque e complexidade ao ordenamento territorial no oeste paraense, onde se situa.

Mapa 1 – Santarém: localização geográfica



Tais elementos, por sua vez, nos ajudam a atestar a condição de cidade intermediária apresentada por Santarém na rede urbana regional, ainda que outros aspectos, entretanto, também precisem ser mobilizados para melhor revelarmos esse perfil assumido pela cidade amazônica em comento. Isso porque, inobstante o fato de se colocar como um importante entreposto comercial na região, atraindo diversos fluxos de seu entorno, o espaço urbano santareno também tem recebido as investidas das novas demandas externas do mercado na



região, a exemplo do agronegócio, o qual, desde a década de 1990, expande-se pelo oeste paraense, contando, em 2003, ao fim da Rodovia Cuiabá-Santarém e às margens do Rio Tapajós, com a materialização de uma estrutura portuária da empresa multinacional Cargill Agrícola S.A. voltada à exportação dos grãos produzidos, em grande medida, no Brasil central.

Dessa maneira, emprestando as contribuições de Santos (2012), por meio da instalação de um sistema de objetos – e, particularmente, de “grandes objetos” (Santos, 1995), como, por exemplo, a BR-163 e, mais recentemente, o porto da Cargil –, Santarém tem viabilizado todo um sistema de ações relacionado ao avanço da fronteira agrícola na Amazônia. Ou seja, fluxos do agronegócio que têm nessa cidade um relevante entreposto material para o escoamento do milho e, sobretudo, da soja produzidos no Centro-Oeste brasileiro e exportados para o exterior. No bojo desse processo, intensificado sobretudo a partir do início dos anos 2000, o espaço santareno assiste à chegada de novos agentes econômicos (concessionárias de veículos leves e pesados, *shopping centers*, lojas de departamento, *franchisings*, bancos, instituições públicas e privadas de ensino superior etc.) e, com efeito, a uma reestruturação urbana, reafirmando a sua importância no cenário regional (Trindade Júnior; Trindade; Oliveira, 2014).

A modernização do território empreendida pelo avanço da fronteira agrícola no oeste paraense e, notadamente, na cidade de Santarém, fazendo-a um importante “ponto de verticalidade” (Silveira, 1999) e “nó” logístico na geografia dos grãos no contexto brasileiro atual, não desfez a sua condição de espaço urbano ribeirinho; condição essa histórica e socialmente produzida, dada a sua localização na rede urbana regional e a polarização que ainda hoje desempenha junto às pequenas cidades e demais núcleos populacionais de sua sub-região, com destaque para os rios Tapajós e Amazonas nesse processo. É assim que, entre horizontalidades e verticalidades geográficas (Santos, 2012), ocorre a produção social do espaço santareno, com a consolidação de sua significativa centralidade econômica nessa parte da Amazônia paraense.

Além de sua importância econômica, Santarém também se revela como uma referência urbano-regional por meio da configuração de outra forma de centralidade no oeste do Pará, desta feita, mais relacionada à presença de instituições e órgãos oficiais estaduais e federais ligados às decisões políticas, bem como, por sediar relevantes associações, representações de classe, sindicais e categorias sociais diversas em sua estrutura intraurbana. Trata-se, conforme sistematizado em outro momento (Trindade Júnior, 2011), da noção de centralidade política, a qual busca ultrapassar a dimensão meramente econômica dos fluxos que qualificam o destaque de uma cidade intermediária na rede urbana regional, revelando que, na perspectiva das



decisões e dos valores políticos, uma cidade, a exemplo de Santarém, também possui relevância em relação aos demais centros urbanos que a orbitam em determinado contexto socioespacial.

Tanto é que, enquanto um importante fórum regional de decisões e debates políticos em torno de questões diretamente relacionadas à sub-região oeste do Pará (Trindade Júnior, 2011) e vitrine de interesses políticos das elites regionais e dos agentes econômicos que nela chegaram com as novas frentes de expansão, houve, no contexto do movimento de fragmentação política do território paraense, a proposta de criação do estado do Tapajós, do qual a cidade de Santarém seria a capital.² Tal dimensão, de certa forma, reforça a centralidade urbana do espaço santareno na sub-região em comento, revelando dinamismos outros, para além do puramente econômico, que também definem a importância de algumas cidades amazônicas na rede urbana regional.

Nessa perspectiva, chamamos a atenção para o fato de que centralidades urbanas de outra natureza também nos ajudam a entender a importância de Santarém como cidade intermediária na Amazônia. Tal problematização leva em conta, principalmente, a necessidade de discutir essas centralidades tomando como base o modelo cívico-territorial (Santos, 2014), original proposição miltoniana segundo a qual podemos considerar o ordenamento territorial não apenas a partir dos interesses econômicos e políticos do grande capital e seus agentes, mas, fundamentalmente, mediante as reais necessidades sociais dos cidadãos nos seus territórios; exercício esse, conforme já pontuado, que nos leva a pensar em um ordenamento cívico-territorial como possibilidade.

A noção de centralidade socioterritorial (Trindade Júnior, 2018), nesse sentido, revela grande potencialidade em face do empreendimento analítico em tela, sobretudo por viabilizar uma compreensão acerca do espaço santareno para além das atividades capitalistas ligadas diretamente à modernização da cidade e que têm definido sua centralidade econômica, bem como dos interesses das elites políticas sub-regionais e dos novos agentes econômicos cujas investidas, a partir dessa realidade urbana, consubstanciam a centralidade política de Santarém no oeste paraense. Assim, é possível visualizar a ocorrência de uma centralidade socioterritorial na cidade em destaque, definida, sobretudo, em relação aos circuitos inferior e “marginal” da economia (Santos, 2004, 2009) ou mesmo a partir das necessidades culturais, políticas, sociais

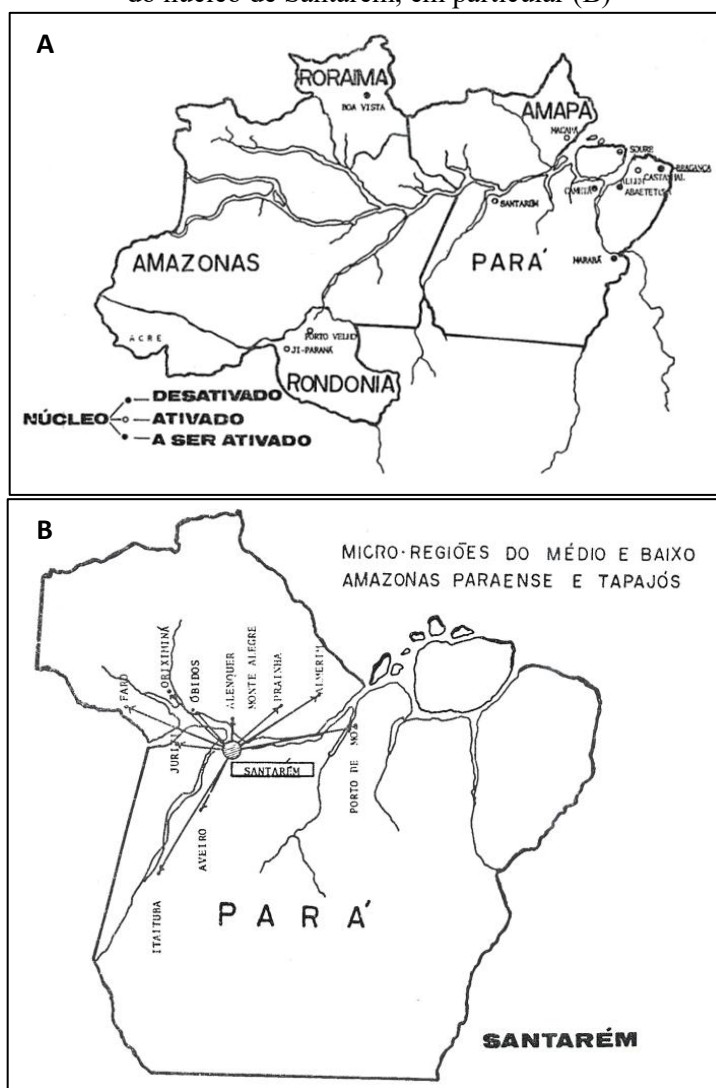
² Proposta semelhante houve na sub-região sul/sudeste do Pará através da ideia de criação do estado de Carajás, com sede política em Marabá, dada a centralidade urbana dessa cidade naquela porção do espaço paraense onde se faz expressiva. Ressalta-se que no ano de 2011, em plebiscito realizado junto à população paraense, ambas as propostas de criação de novas unidades da federação (Carajás e Tapajós, notadamente, haja vista a existência de igual interesse quanto à criação do estado do Xingu, no sudoeste do Pará, com capital em Altamira) foram recusadas.



etc. das pessoas diretamente em seus territórios cotidianos, fugindo à ideia das demandas econômicas.

Assim sendo, destaca-se que os processos de expansão e interiorização do ensino superior público, de alguma maneira, vão ao encontro da consolidação de centralidades urbanas de natureza socioterritorial (Trindade Júnior, 2018). Isso porque, com o processo de interiorização da Universidade Federal do Pará (UFPA) pela Amazônia, iniciado nos anos 1970 com a criação dos chamados “Núcleos de Educação” (Figura 1-A) (UFPA, [1981?]), Santarém já era reconhecida por sua centralidade no oeste paraense, inclusive sendo a única cidade mobilizada para tanto nessa porção do espaço regional (Figura 1-B) e, por isso, responsável em grande medida pela oferta da educação superior pública junto aos municípios da sub-região oeste do Pará.

Figura 1 – UFPA: representação da espacialização de seus Núcleos de Educação na Amazônia (A) e do núcleo de Santarém, em particular (B)



Fonte: UFPA ([1981?]).



Fica flagrante, portanto, o papel de intermediação assumido por Santarém no bojo da embrionária interiorização da Universidade Federal do Pará (UFPA), uma vez que, sediada em Belém, a instituição em comento elegeu o espaço santareno como uma de suas referências urbanas para realizar a sua descentralização no estado do Pará, no período destacado. Em meados dos anos 1980, depois da atuação dos CRUTACs e da instalação de um “*campus avançado*”³ da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como parte do Projeto Rondon (Sousa; Colares, 2019), a UFPA potencializa o seu processo de interiorização e cria, oficialmente, os seus primeiros *campi* fora de sede (UFPA, 1986), dentre eles, o de Santarém, que, inclusive, com o encerramento das atividades da UFSC em 1985, herdou as estruturas da instituição do Sul brasileiro na cidade.

A consolidação da atuação da UFPA em seu *campus* universitário na cidade de Santarém nos anos 1990 e 2000, somada ao alinhamento político entre as esferas federal, estadual e municipal e ao consequente incremento de projetos de desenvolvimento para o estado do Pará, no âmbito do PAC, em 2007, potencializou a centralidade urbana de Santarém no oeste paraense. Nesse particular, destaca-se o reatamento da política federal de expansão do ensino superior no país ensejada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), momento em que ficou estabelecida a criação de quatro novas universidades federais no território brasileiro, sendo uma delas na Amazônia, graças às lutas políticas da região. A dúvida, doravante, pairou em torno da escolha do estado para abrigá-la: o Pará ou o Amazonas.

As dimensões territoriais, a estrutura do processo de urbanização e a urbanodiversidade do espaço paraense (Trindade Júnior, 2010) foram elementos decisivos na escolha do estado do Pará para sediar a nova universidade federal da Amazônia. Isso porque, diferentemente do estado do Amazonas, na Amazônia ocidental, cujo padrão de urbanização é mais concentrado em sua capital e mesmo na Região Metropolitana de Manaus (Santos, 2022), o Pará apresenta um padrão de urbanização mais difuso na porção oriental do espaço amazônico (Trindade Júnior, 2015), adquirindo destaque a importância de centros sub-regionais que assumem um papel centrípeto e centrífugo quanto ao atendimento/oferta de equipamentos e serviços em diferentes frações desse estado (Trindade Júnior, 2018).

³ Além de Santarém, destaca-se a instalação de “*campi avançados*” em Óbidos, pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1972 (o qual, três anos depois, foi transferido para Oriximiná), e em Itaituba, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no ano de 1973, nessa sub-região (Brasil, 1980; Schubert, 2019).



Dessa forma, a escolha de Santarém se deu por conta de sua localização estratégica, no “coração” da Amazônia, às margens de dois importantes rios da região e entre as duas maiores metrópoles desse espaço regional – Belém e Manaus –, bem como pela centralidade urbana de sua cidade, tanto do ponto de vista econômico e político quanto socioterritorial, uma vez que a cidade de Santarém se coloca como um relevante espaço de apoio para as demandas sub-regionais por fixos sociais diversos e seus respectivos serviços (Oliveira, 2025). Gomes (2011) pondera que a atuação do governo estadual junto ao governo federal também foi de grande valia para a tomada de decisão sobre a escolha de Santarém como sede da nova universidade:

[...] Junto a isso, houve um grande processo articulatório de vários atores sociais da região, bem como a constituição de um documento [...] com a assinatura de várias entidades que apoiavam que Santarém fosse a sede da nova universidade. Entre essas entidades estavam: a Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), Associação dos Municípios das Rodovias Transamazônica, Santarém-Cuiabá e Região Oeste do Pará (AMUT), Associação dos Municípios da Calha Norte (AMUCAN), Prefeituras e Câmaras de Vereadores da região (Gomes, 2011, p. 78)

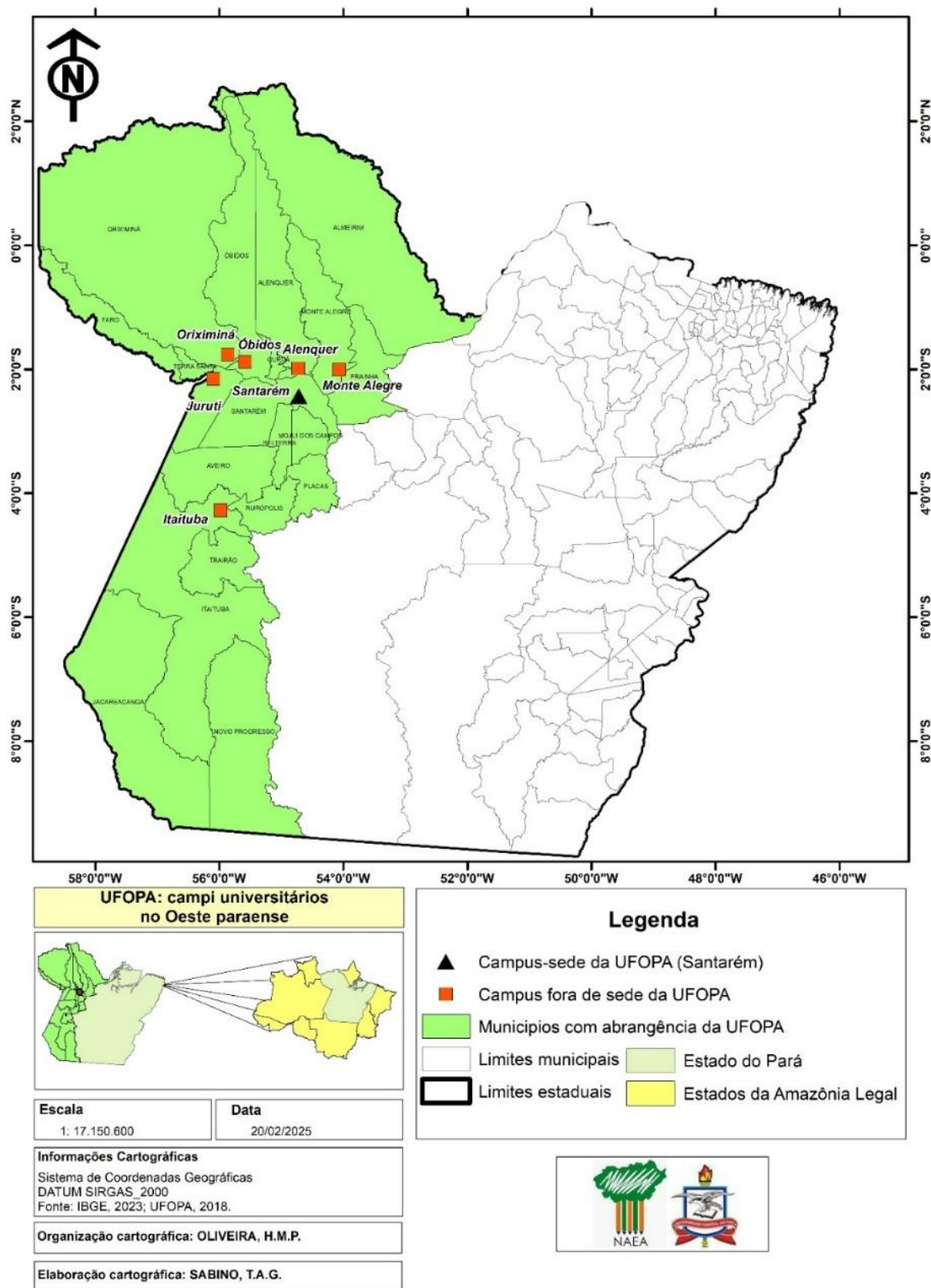
Mediante o exposto, ratifica-se o argumento em torno da centralidade política que Santarém exerce no oeste paraense (Trindade Júnior, 2011), isso porque, com a proposta de criação do possível estado do Tapajós, com sede em Santarém, constituiu-se significativa articulação política em nível local e sub-regional com vistas ao fortalecimento desse projeto de fragmentação territorial e em função da expressiva centralidade da cidade de Santarém na rede urbana regional, dada a sua estrutura urbana e sua condição de cidade intermediária na região (Oliveira, 2025).

Com base nesse contexto, especialmente na centralidade de Santarém e da histórica atuação da UFPA na sub-região, ficou definida a criação, no ano de 2009, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a partir do desmembramento do *campus* da UFPA e da unidade descentralizada da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) na cidade (Brasil, 2009).

Nesse processo, houve o aproveitamento infraestrutural dos núcleos universitários de ambas as instituições – mas principalmente da UFPA – em Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná; municípios esses cujas cidades passaram a abrigar *campi* da UFOPA e a contribuir para a consolidação de sua estrutura *multicampi* no oeste paraense (Mapa 2).



Mapa 2 – UFOPA: *campi* universitários no oeste do Pará



Além de sediar a instituição, Santarém apresenta infraestrutura relativamente melhor quanto à dos *campi* fora de sede, dada a existência de dois *campi* na cidade: o *campus* Rondon,



onde são ofertados, sobretudo, os cursos de licenciatura, como Ciências Biológicas, Geografia, Informática Educacional, História, Letras (Portuguesa e Inglês), Matemática, Física, Pedagogia e Química, e o *campus* Tapajós, no qual são realizados os cursos de bacharelado, a saber: Agronomia, Antropologia, Arqueologia, Biotecnologia, Ciências Atmosféricas, Ciências Biológicas, Ciências da Computação, Ciências Econômicas, Direito, Engenharia de Pesca, Engenharia Física, Engenharia Florestal, Engenharia Mecânica, Farmácia, Geofísica, Geologia, Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Interdisciplinar em Ciências Agrárias, Interdisciplinar em Ciências Ambientais, Interdisciplinar em Ciências da Terra, Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas - Engenharia Sanitária e Ambiental, Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas - Gestão Ambiental, Interdisciplinar em Saúde, Medicina⁴, Saúde Coletiva, Sistemas de Informação e Zootecnia.

Dessa maneira, em se tratando da oferta regular de cursos de graduação presencial, Santarém dispõe de 37 cursos, ao passo que Juruti, Monte Alegre e Oriximiná contam com duas ofertas cada e Alenquer, Itaituba e Óbidos oferecem apenas um curso de graduação em seus *campi*. O Quadro 1 traz, em perspectiva sinótica, uma contextualização sobre os *campi* fora de sede da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e informa os cursos regulares de graduação por eles oferecidos na sub-região em tela.

⁴ O curso de Medicina foi recém-criado na UFOPA e está em fase de implementação nessa universidade. Sua infraestrutura será abrigada pelo Bloco Modular Tapajós III (BMT 3), a ser construído no *Campus* Tapajós com recursos aprovados no âmbito do Novo PAC, notadamente no grupo “Consolidação”. Adverte-se, também, que a oferta dessa graduação estará circunscrita a Santarém, *campus*-sede da instituição, tendo em vista a sua estrutura face as necessidades inerentes à realização do curso (Oliveira, 2025).

Quadro 1 – UFOPA: breve contextualização dos *campi* e ofertas regulares de graduação presencial

<i>Campus</i>	Breve contextualização do <i>campus</i>	Cursos de graduação presencial atualmente ofertados
<i>Campus</i> de Alenquer (CALE)	Alenquer possui 69.377 habitantes, dos quais 35.153 vivem na área urbana (IBGE, 2024), e é um dos municípios localizados no baixo curso do Rio Amazonas que integram a porção mais imediata a Santarém no oeste paraense. Sua cidade – uma pequena cidade – traz consigo muito da herança portuguesa, algo perceptível em sua toponímia, mas também em sua configuração territorial. Não obstante, esse autor também aduz que Alenquer não perdeu os traços que a identificam como uma verdadeira cidade ribeirinha da Amazônia, posto que sua dinâmica social, econômica e urbana mantém estreita relação com a floresta e com a dinâmica das águas daquele rio. Ainda que a UFPA tenha realizado ofertas esporádicas e em regime intercalar nessa realidade como parte de suas ações de interiorização, é com a criação da UFOPA que a história da educação superior em Alenquer adquire maior substância, de modo que, já em 2010, as atividades nesse <i>campus</i> tiveram início com o ingresso de cinco turmas no contexto do PARFOR, em parceria com os governos estadual e municipal. Desde 2010, então, o <i>Campus</i> de Alenquer vem se consolidando – assim como os demais <i>campi</i> fora de sede da instituição – tanto em termos de pessoal (docentes, técnicos-administrativos, alunos etc.) quanto em termos de estrutura física. Atualmente, o <i>campus</i> conta com a oferta de apenas um curso de graduação regular, tendo a sua primeira turma ingressado no ano de 2017, mas com previsão de criação de mais dois cursos, os bacharelados em Direito e em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.	Administração (Bach.)
<i>Campus</i> de Itaituba (CITA)	O município de Itaituba (123.314 habitantes, estando 107.284 deles localizados na área urbana) (IBGE, 2024) e, especialmente, sua cidade têm adquirido relativo destaque no oeste paraense em razão da convergência de diversos projetos econômicos (mineral, logístico, energético etc.) em seu território. Sua posição estratégica, às margens do Rio Tapajós e entrecortada pela Transamazônica (BR-230), confere certa particularidade ao seu ordenamento territorial face as dinâmicas que a ela têm sido dirigidas no início do séc. XXI e que, outrossim, têm lhe provocado uma série de reatamentos socioespaciais. Na perspectiva do ensino superior, destaca-se que, nos anos 1970, Itaituba abrigou um “ <i>campus</i> avançado” da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em razão do Projeto Rondon, o qual realizou projetos ligados à educação, à saúde e às questões socioeconômica e agropecuária no município (Brasil, 1980). Não obstante as ações de interiorização da UFPA, realizadas nessa cidade principalmente a partir dos anos 1990, o ensino superior vem revelar maior expressão em Itaituba com a criação da UFOPA em 2009 e a consequente instalação de seu <i>campus</i> nessa realidade, cuja estruturação inicial, assim como Alenquer, contou com a oferta de cursos intervalares de licenciatura no âmbito do PARFOR, em 2010, contribuindo com a formação de professores para atuar nas áreas urbana e rural do município. Regularmente, destaca-se que o <i>Campus</i> de Itaituba também oferta apenas um curso regular de graduação desde 2017, na	Engenharia Civil (Bach.)

	área de engenharia e construção civil, constituindo-se, assim, como um importante fixo social a estudantes oriundos de vários municípios do seu entorno, como, por exemplo, Aveiro, Jacareacanga, Trairão, Novo Progresso, Placas, Rurópolis e Uruará.	
<i>Campus de Juruti (CJUR)</i>	Banhado pelo Rio Amazonas, Juruti é um município do oeste paraense que faz divisa com o estado do Amazonas e que possui população de 50.881 habitantes. Sua cidade, onde vivem 29.791 munícipes (IBGE, 2024), conta com os impactos socioambientais de um grande projeto de mineração de bauxita desenvolvido pela Alcoa World Alumina Brazil Ltda., multinacional norte-americana em operação no município desde os anos 2000 e cujas atividades têm engendrado uma série de conflitos ambientais e territoriais para com a sociedade local. É nesse contexto em que o <i>Campus</i> de Juruti fora inserido em 2010 e no qual, inicialmente, a UFOPA também realizou cinco turmas de licenciatura intervalares pelo PARFOR no mesmo ano, sendo somente em 2017 que a instituição criou dois cursos de graduação regulares em estrutura própria (até então, as atividades de ensino eram realizadas em uma escola municipal) nessa realidade; cursos esses cujos perfis, aliás, parecem dialogar mais com as atividades econômicas desenvolvidas no município do que com as demandas das populações locais diretamente impactadas pelas atividades da mineradora e que, como forma de compensação, têm recebido <i>royalties</i> da empresa como uma espécie de “licença” para continuar explorando/saqueando os recursos regionais. Em 2023, destaca-se que o <i>Campus</i> de Juruti também realizou a oferta da graduação em Engenharia Civil no âmbito do programa Forma Pará, contribuindo com a formação superior no município.	Agronomia (Bach.) Engenharia de Minas (Bach.)
<i>Campus de Monte Alegre (CMAL)</i>	Conhecido pelo patrimônio arqueológico e histórico que possui, a comprovar, inclusive, a existência e a importância de populações locais bem antes da chegada dos portugueses que o colonizaram e o atribuíram toponímia lusitana no século XVII, o município de Monte Alegre possui 60.012 habitantes, dos quais cerca de 55% (32.654) vivem na sua cidade (IBGE, 2024). A instalação de um <i>campus</i> universitário da UFOPA em Monte Alegre permitiu que as atividades de ensino anteriormente desenvolvidas de forma esporádica pela Universidade Federal do Pará passassem a contar com certa recorrência na cidade, de modo que, entre 2010 e 2016, cinco cursos de graduação, em regime intensivo, foram ofertados pelo PARFOR, como, por exemplo, as licenciaturas plenas em Pedagogia, em Letras (Português e Inglês), e as licenciaturas integradas em Química e Biologia, História e Geografia e Matemática e Física. Em 2017, tal como nos demais <i>campi</i> de interior da UFOPA, houve a autorização do primeiro curso regular do <i>Campus</i> de Monte Alegre, desta feita, voltado ao aproveitamento dos recursos naturais aquáticos e, portanto, oferecendo boas possibilidades de diálogo com as demandas locais. O início do funcionamento desse curso suscitou a realização de melhorias na estrutura do referido <i>campus</i>, de modo a prepará-lo para receber a primeira turma de graduação regular no fim do mesmo ano. Ainda hoje, o <i>Campus</i> de Monte Alegre oferece apenas este curso no município.	Agronomia (Bach.) Engenharia de Aquicultura (Bach.)
<i>Campus de Óbidos (COBI)</i>	De acordo com o último censo do IBGE, o município de Óbidos apresentou 52.229 habitantes, dos quais 31.699 vivem na área urbana (IBGE, 2024), também banhada pelo Rio Amazonas.	Pedagogia (Lic.)



	Óbidos também foi um dos espaços de atuação do Projeto Rondon, que implantou um “<i>campus</i> avançado” da Universidade Federal Fluminense (UFF) na cidade nos anos 1970 e realizou, principalmente, atividades de educação e saúde nessa realidade local; <i>campus</i> esse que, posteriormente, foi transferido para Oriximiná. No contexto da Universidade Federal do Pará, em seu processo de interiorização, Óbidos foi um polo da instituição e, desde 1994, contou com a oferta de cursos intervalares de Licenciatura em Pedagogia, o que, certamente, foi ao encontro da dramática necessidade de professores com formação superior para atuar nas escolas municipais e estaduais sediadas nas áreas urbanas e rurais do município. A elevação de Óbidos à condição de <i>Campus</i> Universitário, entretanto, só veio ocorrer com a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará, em 2009, dado o perfil de universidade <i>multicampi</i> assumido por essa instituição desde então. De maneira semelhante aos outros <i>campi</i> da UFOPA, o <i>Campus</i> de Óbidos só começou a funcionar efetivamente no ano de 2010, com a implantação de turmas de graduação intensivas ligadas ao PARFOR no interior de estabelecimentos locais de educação básica; parceria essa com os governos municipal e estadual que, semelhante ao caso da UFPA, também foi de grande valia para os primeiros momentos da interiorização da UFOPA no oeste paraense. Atualmente, aponta-se que esse <i>campus</i> mantém a oferta da graduação em Pedagogia, sendo ele, além do <i>campus</i>-sede, a única unidade regional da UFOPA que disponibiliza esse curso em regime regular (desde 2017) no oeste paraense.	
<i>Campus</i> de Oriximiná (CORI)	Banhada pelo Rio Trombetas, Oriximiná – 68.294 habitantes, sendo 47.358 na área urbana (IBGE, 2024) – é o quarto maior município em extensão territorial do país e tem sua dinâmica local fortemente impactada pela instalação de um grande projeto de mineração liderado pela empresa Mineração Rio do Norte (MRN). Trata-se do Projeto Trombetas, o qual, desde os anos 1970, conta com um notável sistema de objetos (porto, rodovias, ferrovia e a <i>company town</i> Porto Trombetas) voltado para as atividades de exploração e exportação da bauxita no oeste paraense. O início da consolidação do ensino superior em Oriximiná guarda relação com esse grande projeto, pois, em 2005, a MRN e a Universidade Federal do Pará firmaram um convênio de cooperação técnica que resultou na criação do Núcleo Universitário de Oriximiná, onde foram continuados os cursos de licenciatura em Pedagogia e em Ciências Naturais, já realizados pela instituição, e ofertados novos cursos superiores (Geografia, História, Matemática e Música). Tendo desempenhado um importante papel relacionado à oferta de formação superior em Oriximiná, a estrutura desse núcleo da UFPA fora incorporada pela UFOPA em 2009 e, hoje em dia, essa instituição oferece dois cursos regulares de graduação, ambos autorizados em 2017 com vistas ao atendimento das demandas do desenvolvimento regional.	Ciências Biológicas (Bach.) Sistemas de Informação (Bach.)

Fonte: adaptado de Oliveira (2025, p. 288-290).



Aponta-se, por conseguinte, que Santarém concentra cerca de 80% dos cursos regulares de graduação disponibilizados pela UFOPA e apresenta relativa diversidade de ofertas, haja vista a existência de graduações ligadas à formação de engenheiros diversos, mas também, evidentemente, de profissionais da saúde, do direito e implicados com as particularidades da própria sub-região, tendo em vista, por exemplo, a criação/existência de graduações relacionadas à biodiversidade, à floresta e às águas, aquando da institucionalização dessa universidade no oeste paraense. Os cursos voltados à formação de professores, historicamente importantes na região, também se fazem presentes – ainda que em menor número – e em muito contribuem com o fortalecimento da educação nessa realidade socioespacial.

Ao analisarmos os cursos regulares de graduação instalados nos *campi* fora de sede, observamos um cenário com poucas ofertas. Na perspectiva da formação de professores, apenas o *Campus* de Óbidos possui curso nessa direção, a Licenciatura em Pedagogia, responsável pela formação de professores/profissionais em nível superior para a docência e/ou gestão nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Nas demais cidades que possuem *campi* universitários da UFOPA, há uma dominância de cursos de bacharelado profissionais, especialmente de ofertas que vão ao encontro das demandas ou das ditas “vocações” desses centros urbanos, como a Engenharia de Minas, em Juruti, onde se tem a presença de uma multinacional ligada à mineração de bauxita, a Engenharia Civil, em Itaituba, em razão das questões logística e energética, e a Engenharia de Aquicultura, em Monte Alegre, relacionada à potencialidade dos recursos pesqueiros da região.

De alguma forma, isso revela a contribuição da universidade com o fortalecimento de lógicas economicistas e corporativas na Amazônia paraense, dado o papel da UFOPA “na ampliação de novas oportunidades em áreas do conhecimento estratégicas para o desenvolvimento da região” (UFOPA, 2020a, local. 18) e o fato de o curso de Engenharia de Minas, por exemplo, possuir “um papel importante na formação de profissionais para atuar nas frentes de desenvolvimento que estão se instalando e para fomentar o desenvolvimento da região amazônica” (UFOPA, 2020a, local. 18). Tal perspectiva também pode ser verificada no caso do curso de Engenharia Civil, em Itaituba, conforme ilustrado no Projeto Pedagógico do Curso (PPC):

[...] no contexto socioeconômico do Oeste do Pará, a demanda por esse curso de Engenharia Civil se dá pelo crescimento da região, com uma série de novos empreendimentos e grandes projetos, onde a região carece de profissionais bem qualificados, muitas vezes tendo que buscar profissionais engenheiros de outras regiões do país. A estratégia de instalar o curso de Engenharia Civil no município de Itaituba se deu pensando no [...] atendimento das demandas dos empreendimentos [...]



como o projeto de construção de uma ferrovia que liga o Mato Grosso ao Pará, a instalação de portos de exportação de grãos, a fábrica de cimento, o garimpo, os projetos de construção de hidrelétricas no Rio Tapajós, entre outros empreendimentos [...] (UFOPA, 2020b, p. 9).

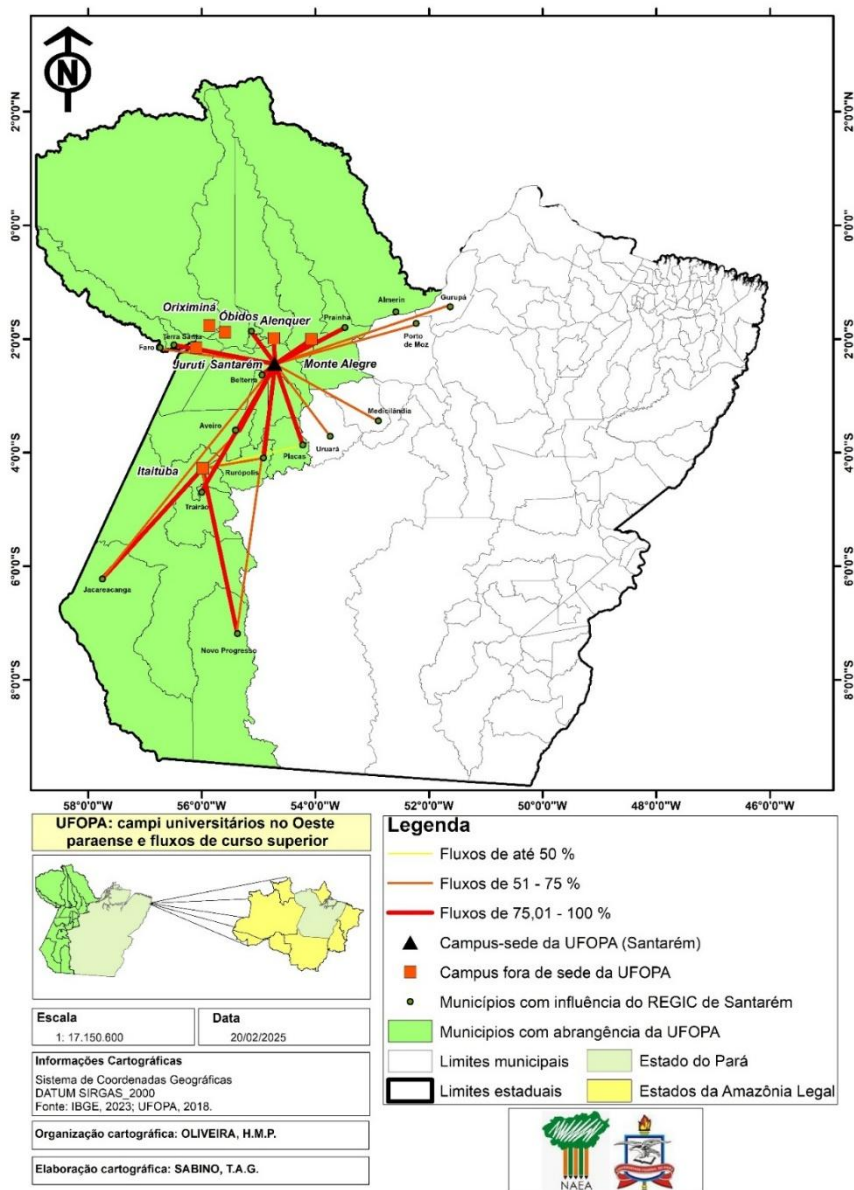
Demonstra-se, com isso, certa correspondência entre a criação dos cursos de graduação e os interesses dos agentes e atividades econômicos instalados no oeste paraense, a sinalizar o reforço de um ordenamento territorial econômico-corporativo. Há, no entanto, tensionamentos criados pelos povos da floresta para com a instituição com vistas à criação de graduações comprometidas com suas particularidades na região, como, por exemplo, a proposição dos cursos de Licenciatura Intercultural Indígena e de Agroecologia; cursos esses que, uma vez criados, podem revelar certo compromisso social e político da UFOPA com as demandas e necessidades sociais e educacionais impostas pelos povos da floresta do oeste paraense, do mesmo modo que tem atendido aos interesses economicistas na região.

Além do mais, destaca-se a existência das graduações em Antropologia, Arqueologia, Biotecnologia, Geografia, História, Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, Engenharia Florestal, entre outras, que, em certa medida, dialogam com as particularidades sub-regionais do oeste paraense, muito ligadas à biodiversidade, à floresta e às águas, sendo, assim, demandas do território.

Nesse sentido, tanto a criação de cursos concebidos em sintonia com as especificidades dos povos da floresta quanto o respeito a essas mesmas especificidades nos cursos já existentes na instituição, como o de Antropologia, que tem contribuído com a formação de lideranças de movimentos indígenas da região, por exemplo, serão fundamentais ao enraizamento da universidade no espaço paraense, a despeito das contradições tão latentes nessas instituições públicas de ensino superior. Outrossim, isso nos ajuda a entrever a possibilidade de um ordenamento cívico do território a partir das ações cidadãs da instituição, dado o atendimento das demandas das populações locais e regionais.

Ademais, a partir desses cursos de graduação e da própria importância sub-regional da Universidade Federal do Oeste do Pará, destacam-se os fluxos ligados à formação superior no oeste paraense a partir dessa instituição com base na *Regiões de Influência das Cidades (REGIC)* (IBGE, 2020). Dessa maneira, no Mapa 3, verifica-se a importância que a UFOPA desempenha no atendimento dessas demandas no oeste paraense, especialmente a partir das cidades onde a instituição possui *campi* universitários nessa porção do estado do Pará, com destaque para a expressiva responsabilidade territorial (Bitoun, 2009) exercida pela cidade de Santarém na região, no que se refere à oferta de ensino superior, seguida por Itaituba.

Mapa 3 – UFOPA: *campi* universitários e fluxos ligados aos cursos regulares de graduação



Observa-se, nesse sentido, a polarização desempenhada pela UFOPA no oeste paraense, evidenciando, de fato, a relevância desse fixo social público (Santos, 2014) na sub-região onde está inserido; polarização essa que, conforme também pode ser observado, extrapola os limites sub-regionais e atinge algumas cidades do estado do Pará, as quais, em termos de zona de influência, ligam-se muito mais à cidade de Altamira (IBGE, 2020), mas, na perspectiva dos fluxos de ensino superior, têm principalmente em Santarém uma referência urbano-regional para o atendimento e intermediação das demandas por esse nível de formação, evidenciando a própria centralidade socioterritorial (Trindade Júnior, 2018) do espaço urbano santareno na Amazônia paraense.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação e a distribuição socioespacial da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) nessa sub-região paraense demonstram elementos importantes que nos ajudam a pensar a “geografização da cidadania” (Santos, 2014) no estado do Pará, especialmente a partir das políticas recentes de expansão e interiorização do ensino superior público, implementadas por governos progressistas no território brasileiro a partir dos anos 2000.

Ademais, também nos ajudam a pensar o papel que muitas cidades passaram a desempenhar na sub-região em tela, dado o atendimento das demandas por ensino superior público e gratuito em uma região fortemente marcada pelo “vazio de cidadania” (Santos, 2014). No que diz respeito à UFOPA, chama a atenção a centralidade urbana socioterritorial (Trindade Júnior, 2018) que a cidade média de Santarém tem definido nessa realidade paraense (Oliveira, 2025), sobretudo em razão da “responsabilidade territorial” (Bitoun, 2009) por ela exercida quanto à oferta de ensino superior a partir de variados cursos de graduação realizados nesse *campus*-sede da instituição.

REFERÊNCIAS

BITOUN, J. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. *In*: BITOUN, J.; MIRANDA, L. (org.). **Desenvolvimento e cidades no Brasil**: contribuições para debate sobre as políticas territoriais. Recife: FASE: Observatório das Metrópoles, 2009. p. 17-44.

BRASIL. **Uma visão do campus avançado**. Brasília, DF: Departamento de Documentação e Divulgação, 1980. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002223.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 12.085, de 05 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2009a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112085.htm. Acesso em: 03 set. 2024.

GOMES, I. C. C. **O processo de criação de uma universidade para a Amazônia**: os bastidores da construção da UFOPA. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.



IBGE. Cidades e Estados. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 26 dez. 2023.

IBGE. Unidades territoriais do nível município: pessoas. **SIDRA – IBGE**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/territorio#/N6>. Acesso em: 10 out. 2024.

LEFÈBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

LENCIONI, S.; TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. **Pesquisa socioespacial**: reflexões sobre métodos e técnicas de investigação científica. Rio Janeiro: Consequência, 2024.

OLIVEIRA, H. M. P. **Dos grandes objetos aos objetos de grandeza cidadã**: interiorização do ensino superior público e ordenamento cívico-territorial na Amazônia paraense. 2025. 435 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2025.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, T. V. **Metrópoles amazônicas**: dinâmicas regionais, estruturas urbanas e políticas de planejamento e gestão em Belém, Manaus e São Luís. Belém: Paka-Tatu, 2022.

SCHUBER, E. S. M. **Neodesenvolvimentismo, reestruturação urbana e cidades médias na Amazônia**: o exemplo de Itaituba na sub-região do Tapajós. 2019. 382 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SILVEIRA, M. L. **Um país, uma região**: fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN-USP, 1999.

SOUSA, F. M. L.; COLARES, A. A. O campus avançado da UFSC em Santarém: extensão e pioneirismo em um contexto de contradições. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, ano 24, n. 42, p. 254-274, 2019.



TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 12, p. 227-255, 2010.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades médias da Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 135-151, nov. 2011.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 93-106, dez. 2015.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Por outras centralidades: pensando especificidades e particularidades da cidade e do urbano no Brasil. In: SERPA, A.; CARLOS, A. F. A. (org.). **Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 249-266.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; PEREIRA, J. C. C. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental. In: SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313-342.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; TRINDADE, G. O.; OLIVEIRA, H. M. P. Modernização do território e cidade média na Amazônia paraense: Santarém, entre horizontalidades e verticalidades geográficas. In: CASTRO, E.; FIGUEREDO, S. L. (org.). **Sociedade, campo social e espaço público**. Belém: NAEA, 2014. p. 89-104.

UFOPA. **Resolução nº 336, de 25 de novembro de 2020**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia de Minas, do Campus Juruti, da Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém: Consepe, [2020a]. Disponível em: https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/juruti/documentos/2022/d65ee43537478ad7365f2c2b39b1e5ed_BIKlCyU.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

UFOPA. **Resolução nº 326, de 11 de setembro de 2020**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia Civil, do Campus Itaituba, da Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém: Consepe, [2020b]. Disponível em: <https://sigaa.ufopa.edu.br/sigaa/verProducao?idProducao=519880&&key=2d856f2b9d78b7ab7e64aa8e1f51a8ee>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UFPA. **Ação universitária nas zonas rurais e a interiorização da UFPA**. Belém: Editora da UFPA, [1981?].

UFPA. **Resolução nº 1.355, de 3 de fevereiro de 1986**. Aprova o Programa de Interiorização da Universidade Federal do Pará. Belém: Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, [1986]. Disponível em: https://www.sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/1986/1355%20Aprova%20programa%20de%20interiorizacao.pdf. Acesso em: 5 maio 2023.